



LIVRE

LIBERDADE · ESQUERDA · EUROPA · ECOLOGIA

AÇORES

ACORES.LIVREPT.NET



E SE OS AÇORES FOSSEM PIONEIROS NO MUNDO?

PROGRAMA ELEITORAL

ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES 2016



LIVRE/ Tempo de Avançar

ÍNDICE

E SE OS AÇORES FOSSEM PIONEIROS NO MUNDO?

A CANDIDATURA E OS CANDIDATOS

PROGRAMA ELEITORAL

1. SUSTENTABILIDADE E ECOLOGIA	9
Assegurar a autosuficiência energética.....	12
Promover uma agropecuária de qualidade, rentável e amiga do ambiente.....	13
Tornar a pesca justa e sustentável.....	14
Conservar a biodiversidade.....	14
Consumir com responsabilidade para diminuir os resíduos	17
2. RENDIMENTO E QUALIDADE DE VIDA	19
Combater as desigualdades	20
Fortalecer o Sistema Regional de Saúde.....	22
3. ECONOMIA REGIONAL E COOPERAÇÃO	27
Medir o que é importante.....	29
Desenvolver a iniciativa regional.....	30
Favorecer o mercado interno.....	32
4. DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	35
Aprofundar a democracia	37
Colocar a formação e a educação ao serviço da cidadania e da emancipação.....	39

O LIVRE

Ilustrações: Filipe Gomes

E SE OS AÇORES FOSSEM PIONEIROS NO MUNDO?

Hoje enfrentamos, nos Açores e no mundo, desafios globais que precisam de soluções corajosas e... locais.

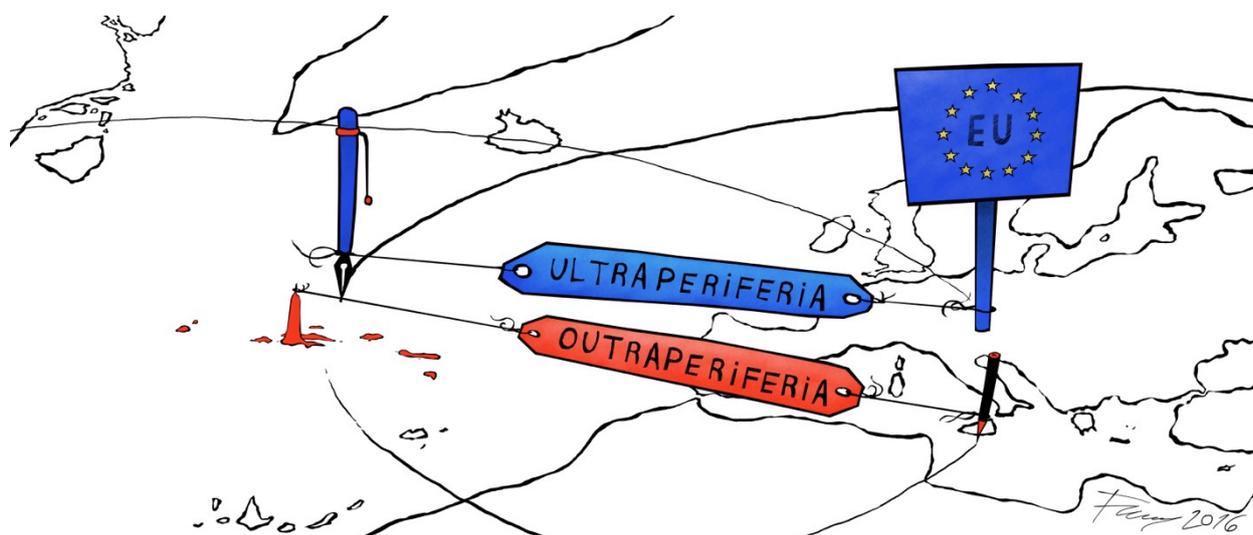
O **desafio das alterações climáticas** precisa de soluções que passam pela alteração do consumo das populações, reduzindo a exploração intensiva de recursos naturais, estancando a degradação dos solos e promovendo a autossuficiência energética das regiões.

O **desafio de dinamizar a economia local** passa por uma estratégia própria de investigação e desenvolvimento, associada ao investimento em tecnologias ambientais, e pelo fomento de redes de produção e consumo local, apoiadas em moedas locais e numa banca ética, reduzindo as importações e aumentando a soberania alimentar.

O **desafio do combate às desigualdades e da promoção do bem-estar** de todos exige soluções de esquerda, como a da defesa da saúde e educação para todos, mas também outras, inovadoras e corajosas como assegurar um rendimento básico incondicional, numa economia em que os postos de trabalho se reduzem, mas em que a produtividade não.

O **desafio da participação democrática e da inclusão** de todos os cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito e que podem alterar as suas vidas é resolvido promovendo a transparência dos mecanismos de decisão política, fomentando processos deliberativos de decisão e colocando a educação e a formação ao serviço da cidadania e da emancipação de todos.

O progresso das nove ilhas dos Açores deve assentar num projeto comum de construção de soluções locais que permitam a condução do destino do arquipélago como um centro mundial da sustentabilidade e do bem-estar.



Pioneiro é aquele que abre caminho e prepara o futuro. Queremos por isso que os Açores sejam pioneiros no mundo, mostrando na prática como se consegue preparar o futuro trabalhando o presente, desenvolvendo soluções locais e sustentáveis para alguns dos principais desafios do século XXI.

A CANDIDATURA E OS CANDIDATOS

Esta é a primeira vez que o LIVRE se apresenta às eleições regionais dos Açores. Criado em 2014, o LIVRE pretende trazer à política regional os valores da ecologia, da esquerda, da liberdade e do europeísmo, e os mecanismos de transparência democrática de que o partido deu já provas nas eleições a que concorreu a nível nacional.

A Moção “Para uns Açores mais LIVREs”, aprovada no Congresso do Núcleo Territorial do LIVRE nos Açores em maio de 2016, fez um apelo à construção de um programa contendo propostas exequíveis no prazo de uma legislatura mas alinhadas com o longo prazo, delineando projetos locais que reforcem os movimentos globais de promoção de uma sociedade justa e de um planeta em equilíbrio.

É esse programa que agora se apresenta, alicerçado no conhecimento da situação atual dos Açores e na visão progressista para a Região dos membros e apoiantes do partido. Fiel aos seus princípios de participação democrática, o programa incorpora contribuições provenientes dos candidatos independentes e dos cidadãos e cidadãs que responderam ao apelo lançado.

Os candidatos cabeça de lista do LIVRE foram definidos através de um processo de primárias abertas aos que se identificassem com os ideais do LIVRE. Podiam apresentar a sua candidatura todos os cidadãos na plenitude dos seus direitos, e podiam votar todos os cidadãos recenseados nos Açores. Numas eleições com muita participação feminina, duas posições de destaque são ocupadas por independentes – Ana Filipa Castro e Filipe Gomes.

LISTA por SÃO MIGUEL



JOSÉ AZEVEDO

Biólogo
53 anos



O biólogo e professor universitário José Azevedo foi eleito cabeça de lista por São Miguel e pelo círculo de compensação. José Azevedo tem uma reconhecida atividade académica e técnica na Região, em particular na área da conservação da biodiversidade, preocupando-se em aproximar o conhecimento científico das decisões de políticas públicas.

ANA FILIPA CASTRO

Socióloga
41 anos

(independente)



O segundo lugar na lista por São Miguel é ocupado por Ana Filipa Castro, socióloga com especialização em Aprendizagem ao Longo da Vida e intervenção nas áreas educativas, formativas e de orientação educacional e vocacional, preocupando-se em promover uma cidadania mais consciente, ativa e participativa, através da reflexão, ação e cooperação.

Os restantes candidatos são: Margarida Neves Pereira; Carlos de Bulhão Pato; Nuno Araújo; Ana Catarina Reis; Rita Paulos; Nelson Caetano; André Góis; Margarida Afonso Pinto; Jorge Morais; Fátima Cunha; Isabel Mendes Lopes; Carlos GL Teixeira; Pedro Mendonça; Susana Beirão; Aurora Cerqueira; Diamantino Henriques; Marta Neves; Patrícia Gonçalves; e como suplentes Geizy Fernandes e Fernanda Rio Branco.



LISTA pelo PICO

FILIPE GOMES

Ilustrador
35 anos

(independente)



Filipe Gomes, ilustrador e amante do conhecimento, é o cabeça de lista pelo Pico, ilha de onde é natural. Conjugando arte e ciência, o candidato propõe-se colocar a sua visão dos Açores como uma região central, com potencial para criar ideias inovadoras, ao serviço do desenvolvimento sustentável da Região.



ROSA BARRETO

Bibliotecária
55 anos



Em segundo lugar no Pico apresenta-se Rosa Barreto, natural de São Miguel, bibliotecária, tendo iniciado a sua atividade política na fundação do LIVRE. Candidata-se a estas eleições na convicção de que é possível transformar a vida das crianças, dos jovens e dos adultos, através de melhor educação e de mais cultura.

Os restantes candidatos são: Nuno Gomes e Sara Proença; e como suplentes José Luís Malaquias e Eduardo Viana.

E SE NOS AÇORES
OS AGRICULTORES E OS PESCADORES
GANHASSEM MAIS
DO QUE O DISTRIBUIDOR?

E SE NOS AÇORES
NÃO PRECISÁSSEMOS
DE TER CARRO ?

E SE NOS AÇORES
A ENERGIA FOSSE
100% RENOVÁVEL?

E SE NOS AÇORES
TODAS AS EMBALAGENS
FOSSEM REUTILIZÁVEIS?

E SE NOS AÇORES
A AGRICULTURA MELHORASSE O
AMBIENTE?

E SE NOS AÇORES
NENHUMA ESPÉCIE OU HABITAT
ESTIVESSE AMEAÇADO?

E SE NOS AÇORES
PUDÉSSEMOS IR DE BICICLETA
A TODO O LADO?



1. SUSTENTABILIDADE E ECOLOGIA

1.

SUSTENTABILIDADE E ECOLOGIA

A humanidade está a injetar na atmosfera quantidades gigantescas (e crescentes) de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases com efeito de estufa, provocando um aumento progressivo da temperatura média da Terra, alterando o clima, intensificando e tornando mais frequente a ocorrência de fenómenos climáticos extremos como as secas e as cheias. A camada de gelo no Ártico derrete 10% por década¹ e a Grande Barreira de Coral da Austrália morre aos poucos devido às temperaturas elevadas e à acidificação da água do mar. Desde a Revolução Industrial o nível de CO₂ na atmosfera aumentou 43% e a temperatura média global subiu quase 1 °C. O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) alerta que se a temperatura média subir acima dos 2 °C o risco de alterações abruptas e irreversíveis na composição, estrutura e função dos ecossistemas marinhos, terrestres e de água doce aumenta significativamente. Para permanecer abaixo desse patamar, conforme acordado na Conferência de Paris, é necessário descarbonizar a economia do planeta nos próximos 25 anos².

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) admite³ que as alterações climáticas afetarão não apenas a produção mas também a disponibilidade dos alimentos, tornando instável o fornecimento de matérias primas. O modelo de produção agrícola atual, centralizado e intensivo, não é adequado aos desafios da segurança alimentar do século XXI. É essencial uma agricultura mais sustentável, inclusiva e resiliente, que aplique a teoria ecológica à gestão dos sistemas agrícolas, de modo a torná-los ao mesmo tempo mais produtivos e mais conservadores dos recursos naturais.

Os Açores seguiram nas últimas décadas o modelo de intensificação da agropecuária, com particular expressão no sector leiteiro, que corresponde atualmente a 30% da produção nacional e a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Esta aposta numa monocultura intensiva teve resultados ambientais e sociais catastróficos. A

¹ Arctic Sea Ice News <https://v.gd/Ei2zFN>

² UN IPCC, Climate Change 2014 Synthesis Report, Summary for Policymakers <https://v.gd/FhBmYr>

³ United Nations News Center <https://v.gd/ExRibi>

expansão das pastagens e dos terrenos destinados à alimentação do gado destruiu extensas áreas de vegetação natural, contribuindo para colocar em risco de extinção muitas espécies animais e vegetais. O excesso de fertilizantes causou a eutrofização das lagoas, prejudicando o seu valor paisagístico e de exploração turística e colocando em causa a saúde pública. Mais grave porém é a situação em termos sociais, com 60% dos produtores em falência técnica⁴.

Considerando que, globalmente, as pescas estão ameaçadas pela sobre-exploração, pela poluição e pela modificação dos habitats marinhos e de água doce, as alterações climáticas constituem mais um elemento de stress sobre sistemas já altamente desequilibrados⁵. De facto, dos stocks de peixe para os quais existe informação, 33% são atualmente sobreexplorados e 60% estão a ser explorados no limite⁶.

Apesar de todas as regulamentações, a quantidade de peixe descarregado nos portos dos Açores tem vindo a diminuir continuamente desde 1996⁷, em grande medida devido à sobrepesca. Pescadores e operadores de mergulho são unânimes em reconhecer este problema. Paralelamente, os rendimentos dos pescadores têm vindo a decair desde há 10 anos⁸. Na maior comunidade piscatória dos Açores o rendimento mensal oscila entre os 150 e os 200 €, sendo os pescadores obrigados a recorrer ao Rendimento Social de Inserção.

O estado da biodiversidade nos Açores é portanto preocupante⁹: dois terços das espécies endémicas (que não se encontram em mais nenhum lugar do planeta) estão em declínio acentuado. Essas espécies, das quais o priôlo é o embaixador, são ameaçadas sobretudo pela redução drástica dos habitats naturais causada pela intervenção humana. A floresta de laurisilva, por exemplo, cobre hoje apenas 2% do território insular, mas alberga metade das espécies endémicas. A rede regional de áreas protegidas tem uma cobertura insuficiente e a maioria das espécies com interesse conservacionista não tem proteção legal.

⁴ Notícias Magazine <https://v.gd/oA2Mha>

⁵ FAO Climate Change Adaptation in Fisheries and Aquaculture <https://v.gd/MZycpa>

⁶ FAO The State of World Fisheries and Aquaculture 2016 <https://v.gd/Lcshd0>

⁷ Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, Relatório Açores, 2014 <https://v.gd/50rx3G>

⁸ Observador <https://v.gd/lnbNjp>

⁹ Cardoso, P., Borges, P., Costa, A., Cunha, R. T. D., ... & Martins, B. (2008). A perspectiva arquipelágica: Açores. *TOP 100: as cem espécies ameaçadas prioritárias em termos de gestão na região europeia biogeográfica da Macaronésia*, 421-449. <https://v.gd/UZLOff>

ASSEGURAR A AUTOSUFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Os Açores devem procurar a autosuficiência energética, tomando como alvo a descarbonização da economia até 2050 recomendada pelas Nações Unidas.

80% das necessidades energéticas dos Açores são satisfeitas recorrendo a combustíveis fósseis^{10 11}, sendo os transportes responsáveis pela maior fatia desse consumo. Muitos dos produtos consumidos nos Açores vêm do exterior e o seu transporte por avião ou barco contribui também para o aquecimento global.

O modelo de mobilidade urbana estabelecido no arquipélago assenta em automóveis próprios movidos a combustíveis fósseis. Esse modelo apresenta problemas graves em termos sociais, ambientais e económicos. Para além da produção de CO₂, as insuficiências dos transportes coletivos criam desigualdades no acesso aos serviços públicos e ao comércio para quem não usa o automóvel.

PARA ASSEGURAR A AUTOSUFICIÊNCIA ENERGÉTICA O LIVRE DEFENDE:

1. FOMENTO DA MICROGERAÇÃO E A PRODUÇÃO COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA

Dar espaço à iniciativa local, estimulando a microgeração individual e a criação de cooperativas locais de produção de energia¹² a partir de fontes de energia renovável de baixo impacto ambiental.

Estabelecer um regime fiscal favorável à aquisição de equipamento para produção de qualquer tipo de energia renovável adaptável à microgeração.

2. APOSTA NUMA MOBILIDADE NÃO POLUENTE E SOCIALMENTE JUSTA¹³

Melhorar o serviço público de transporte coletivo, promovendo a adequação de horários e a integração multimodal. Ensaiar soluções flexíveis que incluam mini-autocarros que funcionem a pedido, assim como redes de partilha de veículos, incluindo bicicletas, em particular nas zonas de menor densidade populacional. Reduzir significativamente a necessidade de transporte automóvel individual, e promover a substituição gradual por veículos a energia limpa. Criar uma rede de ciclovias em todas as ilhas.

¹⁰ Portal Energia Energias Renováveis <https://v.gd/W7uiOd>

¹¹ Ver Balanço Energético Açores 2014 (o último publicado): <https://v.gd/nROCFL>

¹² e.g. <http://www.coopernico.org/>

¹³ Açores 2020 Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da RAA <https://v.gd/qkvRUL>

3. REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS

São múltiplas as vantagens de um projeto de reabilitação urbana e de recuperação dos centros das cidades e vilas. Entre as principais contam-se a dinamização do setor da construção civil e a poupança energética associada ao isolamento dos edifícios e à promoção de uma mobilidade baseada na deslocação a pé ou de bicicleta.

PROMOVER UMA AGROPECUÁRIA DE QUALIDADE, RENTÁVEL E AMIGA DO AMBIENTE

Durante as últimas décadas a região investiu numa agropecuária intensiva que ameaça o que resta da biodiversidade original e mata as lagoas. Absolutamente dependentes de importações de fertilizantes, pesticidas e de rações, estrangidos pelas dívidas, esmagados pela descida do preço dos produtos, os agricultores precisam de mudar a sua relação com a Terra. O grande desafio do futuro será produzir menos e com mais qualidade, mantendo os rendimentos.

PARA UMA AGROPECUÁRIA DE QUALIDADE O LIVRE DEFENDE:

4. INCENTIVO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

Apoiar aqueles que utilizam já hoje práticas respeitadoras do ambiente, baseadas nos princípios da agroecologia, da agricultura biológica e da permacultura e incentivar a conversão dos agricultores tradicionais e a entrada de mais pessoas na atividade. Uma aposta na investigação e na formação profissional nestas áreas é essencial para garantir a modificação a larga escala das práticas agrícolas e também a introdução de culturas alternativas não invasoras de valor acrescentado, como o cânhamo, as frutas sub-tropicais ou as plantas ornamentais.

5. ESTÍMULO DO MERCADO INTERNO PARA ASSEGURAR O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS

Intervenções ao nível dos transportes, do apoio ao comércio local e de proximidade, e do ambiente económico são essenciais para expandir e sustentar o mercado agrícola de base local para garantir o rendimento dos produtores. Medidas específicas incluem a aplicação de uma taxa de carbono sobre as importações e a criação de moedas locais.

TORNAR A PESCA JUSTA E SUSTENTÁVEL

O esforço de pesca nos Açores tem crescido continuamente, com mais e melhores barcos e com técnicas de pesca mais eficientes, mas a quantidade de peixe desembarcado tem vindo a diminuir constantemente nos últimos 20 anos. O peixe está cada vez mais caro, mas os pescadores recebem cada vez menos. Os Açores necessitam de um setor pesqueiro vibrante e dinâmico, que assegure um rendimento digno a todos os elementos da fileira e contribua positivamente para os setores circundantes. Mas precisa também de ecossistemas marinhos saudáveis e produtivos. Conciliar estas duas realidades é possível, mas exige opções políticas claras na defesa do ambiente e de quem vive do mar.

PARA UMA PESCA JUSTA E SUSTENTÁVEL O LIVRE DEFENDE:

6. AUMENTO DAS MAIS VALIAS PARA OS PESCADORES

Deve ser favorecida uma economia solidária e colaborativa para que os pescadores possam, através de associações de classe e de cooperativas, intervir de modo a captar uma proporção significativa do valor gerado pela atividade. A formação profissional e o apoio à integração de jovens qualificados na fileira da pesca é essencial para dar autonomia ao setor.

7. CRIAÇÃO DE RESERVAS MARINHAS INTEGRAIS EM TODAS AS ILHAS

Uma parte significativa¹⁴ dos habitats marinhos de cada ilha deve ser integralmente protegida para permitir a regeneração dos recursos e encorajar as atividades não extrativas, como o mergulho.

CONSERVAR A BIODIVERSIDADE

A vida na Terra é suportada pela diversidade de ambientes e de espécies. Graças aos mecanismos de evolução, existem na natureza muitas espécies de plantas, animais, fungos e outros organismos decompositores. É essa multiplicidade de ecossistemas e de formas de vida que permite absorver os impactos negativos de origem ambiental e, crescentemente, de origem humana. Longe de ser pouco eficiente, esta multiplicidade - a biodiversidade - torna os ecossistemas mais fortes e mais estáveis. A evolução é particularmente criativa em ilhas, nas quais o isolamento faz surgir espécies novas e únicas no mundo. O priôlo é uma espécie endémica que muitos

¹⁴ Review of the benefits of No-take zones, Wildlife Conservation Society <https://v.gd/WX7JNe>

conhecem, mas os Açores têm mais de 400 outras espécies endémicas, sobretudo moluscos, insetos e plantas. Mais de um quarto destas espécies está atualmente ameaçado de extinção.

A biodiversidade das ilhas é um fator diferenciador, muito valorizado pelo segmento turístico que procura experiências únicas e o contacto com a natureza no seu estado puro. A fruição turística é, no entanto, apenas um dos múltiplos serviços que os ecossistemas prestam à população dos Açores. Outros exemplos incluem, para além dos serviços de aprovisionamento através da pesca, caça, agropecuária e florestas, a captação de água e o controlo dos recursos hídricos e a proteção contra erosão e deslocamentos de terra.

Os Açores são exemplares em matéria legal de conservação da natureza. A Rede de Áreas Protegidas dos Açores integra várias figuras de proteção, incluindo a Rede Natura 2000, aplicando a classificação recomendada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Estão ainda criadas unidades de gestão: os Parques Naturais de Ilha (para as zonas terrestres e costeiras) e o Parque Marinho dos Açores (para a componente oceânica). No entanto, e apesar de o regime jurídico datar de 2012¹⁵, os Parques Naturais de Ilha ainda não dispõem dos instrumentos de gestão obrigatórios por lei, como o plano de ordenamento de área protegida e o respetivo plano de gestão que deveriam definir as medidas, programas e/ou ações operacionais específicos.

Existem também conflitos com intervenções humanas como as atividades extrativas do setor primário (agropecuária, silvicultura, pesca) e, mais recentemente, com a possibilidade de mineração do mar profundo. Estes conflitos requerem uma gestão proativa e participada, que não pode ser feita apenas com o recurso a áreas protegidas, requerendo antes uma coordenação entre várias entidades públicas e privadas.

Para este fim, Portugal aprovou uma Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade que expirou em 2010. Os trabalhos para a sua atualização avançam lentamente sobretudo porque não tem sido possível articular um modelo que garanta a gestão participada e a sustentabilidade financeira da rede de áreas protegidas¹⁶. Enquanto isso, faltam os instrumentos que possibilitem compatibilizar o desenvolvimento regional com a conservação da natureza que o torna possível e lhe dá sentido.

¹⁵ Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade DLR <https://v.gd/4KVULU>

¹⁶ Parecer Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável [CNADS](#)

PARA CONSERVAR A BIODIVERSIDADE O LIVRE DEFENDE:

8. ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA REGIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

Através de um debate alargado a todos os setores da sociedade, ancorado no melhor conhecimento científico e tendo em vista os desafios das próximas décadas, devem definir-se os objetivos estratégicos que permitam compatibilizar o desenvolvimento regional com a conservação dos ecossistemas e espécies únicos dos Açores.

9. OPOSIÇÃO À MINERAÇÃO DO MAR PROFUNDO

O esgotamento das reservas minerais terrestres leva a que estejam a ser feitos enormes investimentos em tecnologia de exploração de minérios no fundo do mar. É urgente rever a legislação nacional que regulamenta a gestão e ordenamento do espaço marítimo, para que a Região tenha instrumentos legais para proteger os seus ecossistemas do mar profundo.

10. ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO PARA OS PARQUES NATURAIS DE ILHA

Não basta que os locais, ecossistemas, habitats ou espécies estejam identificados: é necessário utilizar a informação já disponível, orçamentar medidas de gestão e proceder à respetiva implementação. Para tal, é necessário definir Planos de Gestão e dotar os Parque de Ilha dos recursos financeiros e humanos adequados à sua missão.

11. VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DAS ESPÉCIES VEGETAIS ENDÉMICAS

Além de proteger as espécies endémicas, é importante valorizá-las economicamente, não apenas através do turismo, mas também promovendo a sua produção, seja para a utilização como matéria prima, seja para a produção de frutos, como o mirtilo-dos-açores. Igualmente importantes são, por exemplo, a implementação de serviços de compensação de carbono com base em espécies florestais ou o incentivo ao reaproveitamento de árvores que sejam eliminadas em trabalhos de manutenção ou restauro de caminhos e terrenos agrícolas.

CONSUMIR COM RESPONSABILIDADE PARA DIMINUIR OS RESÍDUOS¹⁷

A Região dispõe de um regime geral e de um plano estratégico de prevenção e gestão de resíduos. Apesar de estes documentos reconhecerem o princípio da hierarquia de gestão de resíduos, que tem como primeiros pontos a redução e a reutilização, os investimentos regionais têm sido concentrados na eliminação em aterros e, em menor grau, na reciclagem. Os Açores estão por isso muito atrás das metas europeias, sobretudo se tivermos em conta as recomendações recentes do Comité de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu¹⁸. Este quadro negativo é acentuado pela recente decisão de construção de duas incineradoras, uma já em funcionamento na Terceira e outra em concurso para São Miguel, num investimento total superior a 100 milhões de euros. Esta opção, que foi muito criticada pelas associações ambientalistas açorianas, colocará sérios obstáculos a uma política consequente de prevenção de resíduos a nível regional.

Existem, nos Açores, exemplos isolados de boas práticas, desde uma empresa que utiliza os seus resíduos orgânicos para produzir biogás e composto até uma Câmara Municipal que tem implementado um sistema de tratamento de resíduos urbanos por vermicompostagem. Infelizmente, outras iniciativas de mérito, como a de produção de iogurtes em embalagens reutilizáveis, falharam.

PARA DIMINUIR OS RESÍDUOS O LIVRE DEFENDE:

12. REDUZIR E REUTILIZAR, E SÓ DEPOIS RECICLAR

Dar prioridade à prevenção de produção de resíduos, levando à generalização da utilização de embalagens de vidro reutilizáveis em bebidas e a promoção de venda a granel de produtos não perecíveis.

13. SISTEMAS DE COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

As incineradoras não devem desviar os Açores de seguir as boas práticas internacionais em matéria de resíduos. Um programa vigoroso de prevenção dos resíduos e de reciclagem dos que venham a ser produzidos, associado ao tratamento mecânico e biológico dos resíduos orgânicos deve reduzir a pressão sobre os aterros e eliminar a necessidade de incineração.

¹⁷ Princípios para a gestão de resíduos, [Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A](#), de 16 de novembro [Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A](#), Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA)

¹⁸ Açoreano Oriental <https://v.gd/lyQoLJ>

E SE NOS AÇORES
O RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL
ACABASSE COM A POBREZA?

E SE NOS AÇORES
OS AGRICULTORES E OS PESCADORES
GANHASSEM MAIS DO QUE O
DISTRIBUIDOR?

E SE NOS AÇORES
NÃO HOUVESSE PRECARIIDADE?

E SE NOS AÇORES
A SAÚDE FOSSE DE PROXIMIDADE?

E SE NOS AÇORES
TODOS TIVESSEM AS SUAS
NECESSIDADES BÁSICAS ASSEGURADAS?

E SE NOS AÇORES
FOSSE SIMPLES SER
UM TRABALHADOR INDEPENDENTE?



2.

RENDIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

2.

RENDIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

O modelo de desenvolvimento atual está demasiado focado em indicadores macro-económicos com limitações reconhecidas, como o crescimento do produto interno bruto (PIB). Isto leva a que as políticas aplicadas tenham muitas vezes reflexos negativos sobre as áreas sociais e do ambiente.

O desenvolvimento da capacidade tecnológica tem levado à substituição das pessoas por máquinas, quer nas indústrias quer nos serviços. Isto poderia representar uma oportunidade de, dado que o valor criado se mantém (os produtos continuam a ser fabricados e os serviços a ser prestados), manter o rendimento das pessoas e diminuir parcialmente ou totalmente o seu tempo de trabalho. Uma distribuição mais equilibrada do trabalho e do tempo permitiria que todos tivessem uma vida mais tranquila e com espaço a projetos de realização pessoal. Mas, infelizmente, essa oportunidade não tem sido aproveitada. A diminuição do trabalho disponível tem gerado perda de rendimentos, por via do desemprego ou de pressão para a desvalorização do trabalho.

COMBATER AS DESIGUALDADES¹⁹

Não se advogando o retorno à era pré-industrial, torna-se forçoso reconhecer que o pleno emprego deixou de ser possível sem mudanças fundamentais no modelo de organização da sociedade. A resposta a estes problemas passa por mecanismos redistributivos que suportem a implementação de um Rendimento Básico Incondicional (RBI)²⁰ ou a redução significativa do horário de trabalho, sem diminuição do rendimento.

¹⁹ Diogo, Fernando, "O que sabemos sobre a pobreza nos Açores?" in Açores Magazine, <https://v.gd/uhAhRL>

²⁰ Apesar do termo RBI se ter generalizado em Portugal, o LIVRE prefere a terminologia original Rendimento Básico Universal (Universal Basic Income) porque vinca a abrangência da medida.

14. REAVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

Defendemos a substituição da subsidiação de ocupações precárias por oportunidades reais de formação e inserção produtiva. Os estágios profissionais e contratos de emprego-inserção não podem ser utilizados pelas empresas e pela Administração Pública para satisfazer necessidades efetivas de trabalho e contornar a obrigatoriedade de celebração de contratos. Defendemos o apoio à criação associativa e colaborativa de postos de trabalho.

15. APOIO AOS TRABALHADORES INDEPENDENTES

Começar um pequeno negócio é um risco grande. Esse risco é substancialmente agravado pelos deveres tributários pesados a que o trabalhador tem de cumprir mesmo no início do seu projeto, penalizando muitas vezes a sua situação económica. Simplificar o processo burocrático e sincronizar os rendimentos com as tributações, são duas formas de promover o desenvolvimento da economia de menor escala e de evitar a fuga ao fisco.

16. IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA NAS CRIANÇAS E JOVENS

Para atacar o aumento do número de crianças e jovens a viver em famílias pobres de uma forma estrutural é necessária uma estratégia integrada. A cobertura da ação social escolar deve ser alargada de forma a garantir três refeições a todas as crianças e jovens. O acesso aos livros escolares e a transportes deve ser garantido a custo zero para os beneficiários da ação social escolar. O estado geral de saúde de crianças e jovens deve ser monitorizado regularmente pelos serviços de saúde pública. O abono de família deve ser retomado como prestação universal.

17. GARANTIA DOS PROVIMENTOS BÁSICOS DE ÁGUA, GÁS E ELETRICIDADE

Em lugar de subsidiar os consumos de famílias carenciadas sob condição de recursos, como tem vindo a ser feito, os quantitativos mínimos de água, eletricidade e gás devem ser providos gratuitamente. O financiamento desta medida deverá ser inteiramente efetuado por subsídio cruzado pelos maiores consumidores, através do estabelecimento de tarifas progressivas por patamares de consumo.

18. ASSEGURAR O RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS

No imediato, propomos recuperar os princípios que orientaram a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, cujos critérios de elegibilidade eram mais inclusivos que os do Rendimento Social de Inserção (RSI) atual. Devem, por isso, retomar-se os ponderadores e o valor de referência anteriores às reformas do RSI de 2010 e 2012.

19. APLICAÇÃO DE UM RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL

A médio prazo, o LIVRE é favorável ao princípio da atribuição a todas as açorianas e açorianos, sem exceção, de um rendimento suficiente para uma vida digna assente numa filosofia de capacitação para a cidadania e não de assistencialismo. Um Rendimento Básico Incondicional constitui uma redistribuição justa dos benefícios do avanço tecnológico, simplificando os processos da Segurança Social e contribuindo para melhorar as condições e as oportunidades de trabalho para todos. Funcionará também como uma rede de segurança para pessoas que querem mudar de ocupação ou dedicar-se a atividades não remuneradas de carácter familiar, social, cultural ou artístico.

Deverá ser feita uma avaliação rigorosa das implicações de um tal programa, da sua articulação com outras medidas de combate à pobreza e da sua sustentabilidade, tornando possível levar a cabo experiências-piloto como as que têm sido feitas no Canadá e na Finlândia, entre outros países. Os Açores têm condições ideais para ser palco destas experiências, desbravando soluções de futuro para os atuais problemas sociais.

FORTALECER O SISTEMA REGIONAL DE SAÚDE

A missão mais relevante de uma política de saúde é contribuir para um bom estado de saúde ao longo da vida e para a melhoria da esperança de vida saudável da população, indispensável ao desenvolvimento social e à concretização de felicidade e de projetos de vida individuais. Consideramos o Serviço Regional de Saúde o suporte institucional predominante dessa política e os seus profissionais o recurso mais valioso para a obtenção dos melhores resultados.

O bem-estar e a saúde dos indivíduos, o seu desenvolvimento integral e a prevenção das doenças implicam uma ação mais ampla de promoção da saúde do que a prestação de cuidados em situações de doença. Esta ação mais ampla, aliás, permite a médio e longo prazo reduzir a incidência de certas doenças e os custos a elas

associados. A promoção da saúde diz respeito a todas as políticas, pois são determinantes para a saúde as condições de habitação, alimentação, trabalho e ambiente urbano. É hoje aceite pela comunidade científica que, para se obter bons indicadores de saúde, não é suficiente atribuir recursos financeiros aos serviços de saúde, particularmente aos que prestam cuidados na doença aguda, mas é também necessário apostar na prevenção e no bem-estar. Torna-se necessário desenvolver uma visão mais alargada e global da saúde, centrada nas comunidades.

Defendemos uma ação concertada e ampla no domínio da promoção da saúde, desenvolvida ao nível das comunidades locais, considerando as suas especificidades demográficas e culturais, potenciando o envolvimento das populações e articulando os recursos existentes em cada território. Sendo os serviços de saúde os centros de uma ação deste tipo, defende-se igualmente que é fundamental envolver e capacitar os ambientes familiares, escolares, laborais e associativos.

Um número crescente de doentes de países desenvolvidos (EUA, Japão) e da crescente classe média das economias emergentes (Brasil, China) procura cuidados médicos de qualidade e abordáveis financeiramente. Estima-se que só nos EUA 500.000 doentes viajaram em 2005 para cuidados médicos²¹. Os Açores, pela proximidade geográfica e relação histórica com os EUA, pela qualidade da formação médica portuguesa, e pela aposta no eco-turismo, podem perfilar-se de forma competitiva no turismo médico global. À semelhança do que ocorreu na Tailândia, a especialização neste setor pode, paralelamente, fortalecer o sistema regional de saúde, atraindo profissionais de saúde e estimulando o investimento na sua infraestrutura, para benefício dos açorianos. A diferenciação nos Açores passa pela integração dos atos médicos com a reabilitação, nomeadamente no caso das cirurgias não-urgentes ortopédicas, cardíacas e cosméticas.

PARA FORTALECER O SISTEMA REGIONAL DE SAÚDE O LIVRE DEFENDE:

20. PROMOÇÃO DA SAÚDE EM TODAS AS POLÍTICAS

As medidas tomadas ao nível económico e social podem ser promotoras ou lesivas da saúde. Defendemos que o impacto da saúde nas cidadãs e nos cidadãos seja obrigatoriamente levado em consideração na avaliação das políticas públicas.

²¹ Herrick, Devon M., Medical tourism: global competition in healthcare, NCPA P.

21. DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS LOCAIS ALARGADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Defendemos a constituição de parcerias que reúnam condições para proteger a saúde, responder às necessidades das comunidades e captar recursos para mobilizar os parceiros na promoção da saúde, quer através do aumento do nível de literacia em saúde quer ao nível das políticas que tornem as práticas saudáveis mais fáceis.

22. AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DE PROXIMIDADE

Os cuidados de convalescença entre ter alta do hospital e voltar para casa devem ser realizados em estruturas públicas de proximidade ao domicílio e ao apoio familiar. Os cuidados continuados para doenças incapacitantes devem ser quanto possível disponibilizados em domicílio, de forma profissionalizada, pelas Unidades de Cuidados na Comunidade que são de proximidade. No entanto, dado o aumento da esperança de vida, as patologias mais prevalentes e a estrutura das famílias, é necessário aumentar o número de camas de cuidados continuados, não afastando estas pessoas da zona de residência das suas famílias.

23. APOIO AOS CUIDADOS DOMICILIÁRIOS A PESSOAS IDOSAS E OUTROS GRUPOS EM SITUAÇÃO VULNERÁVEL.

Prevenir a institucionalização intempestiva das pessoas idosas e outros grupos em situação vulnerável, criando condições locais para o apoio à manutenção da sua autonomia, através de parcerias com organizações formais e informais.

Apoiar as pessoas que assumem o papel de cuidadoras de pessoas idosas ou incapacitadas.

24. AUMENTO DA ACESSIBILIDADE AOS CUIDADOS PALIATIVOS

O Serviço Regional de Saúde apenas consegue responder a uma percentagem pequena dos utentes que se encontram em fim de vida. Há uma necessidade imperiosa de estimular equipas comunitárias de cuidados paliativos, para responder à vontade maioritária dos açorianos de morrer em casa.

25. APOSTA NO "TURISMO DO BEM-ESTAR"

Enquadrar a integração da procura de tratamentos médicos com reabilitação, criando espaço a parcerias público-privadas devidamente alinhadas quanto à visão e objectivos. Trabalhar com a Direção Regional de Saúde para a

acreditação internacional dos equipamentos hospitalares e de cuidados diferenciados existentes. Protocolar a oferta de serviços médicos no âmbito de programas de gestão de doença existentes nos países/regiões-alvo, porventura apelando a prestadores de saúde privados portugueses interessados.

E SE NOS AÇORES
PAGÁSSEMOS OS PRODUTOS AÇORIANOS
COM MOEDAS LOCAIS?

E SE NOS AÇORES
MEDÍSSEMOS BEM-ESTAR
EM VEZ DE CIMENTO?

E SE NOS AÇORES TIVÉSSEMOS UMA
BANCA ÉTICA?

E SE NOS AÇORES
DECIDÍSSEMOS A NOSSA
POLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA?

E SE NOS AÇORES
O INVESTIMENTO FOSSE PARA
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS?

E SE NOS AÇORES
ORIENTÁSSEMOS A NOSSA POLÍTICA
PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL?

E SE NOS AÇORES
JUNTÁSSEMOS
INVESTIGADORES E POPULAÇÃO PARA O
ENCONTRO DE SOLUÇÕES?

3.

ECONOMIA REGIONAL E COOPERAÇÃO

5
PICAROTOS



nº 0202-0500

CIDADES 7

3
CORVINOS

2
CORAÇÕES

3.

ECONOMIA REGIONAL E COOPERAÇÃO

O neoliberalismo tornou-se a doutrina política dominante na atualidade. A perspectiva neoliberal tem promovido políticas de desregulação, abertura selvagem de mercados de produtos e capitais, privatização dos bens públicos e redução do estado social, levando à subalternização da esfera política em favor da esfera financeira. Neste contexto, os Estados têm sido pressionados a prescindir da sua soberania, por exemplo assinando tratados internacionais, como os da Organização Mundial do Comércio, o Tratado Orçamental ou o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), agora em discussão.

Regiões pequenas e periféricas são, neste modelo, relegadas ao papel de consumidoras dos produtos produzidos no exterior, com cujos preços nunca poderão competir. Gera-se assim um desequilíbrio da balança de pagamentos, com mais dinheiro a sair da região para pagar as importações do que aquele que entra proveniente de vendas ao exterior. As economias regionais tendem a compensar este desequilíbrio indo buscar receitas através do endividamento ou da exploração de recursos naturais. Nenhuma destas alternativas é sustentável. Por isso, e na ausência de um mecanismo de investimento que canalize para a região as receitas de que ela é deficitária, a alternativa é a redução da dependência externa.

O paradigma económico atual apresenta a competição e o individualismo como valores supremos. Perante as dificuldades económicas, a solução apresentada às empresas e aos cidadãos é a da competitividade: é preciso produzir mais e mais barato, é preciso proteger as suas ideias para as poder explorar sem concorrência, é preciso ser empreendedor porque não se pode contar com a ajuda de ninguém. A este paradigma é preciso opor um outro baseado na cooperação e na preservação dos valores regionais. Apenas através do associativismo é possível encontrar soluções para desenvolver um mercado interno, ligando produtores e consumidores regionais numa rede que permita escapar ao ciclo vicioso do endividamento e da delapidação dos recursos.

O crescimento da economia tem estado sempre entre os objetivos principais dos programas de governo e dos respetivos planos e orçamentos anuais. As decisões de política pública têm sido, reconhecidamente, orientadas para o crescimento económico e para a competitividade da economia regional. Temos portanto uma política regional ao serviço da economia²².

O LIVRE propõe, em alternativa, uma economia ao serviço das escolhas políticas dos açorianos e açorianas. De facto, só complementando a análise dos cenários macroeconómicos com indicadores de progresso social e de equilíbrio ambiental é possível cumprir o mandato autonómico de “assegurar o controlo regional dos meios de pagamento em circulação e financiamento dos investimentos necessários ao desenvolvimento económico-social da Região.”

MEDIR O QUE É IMPORTANTE

O crescimento económico de um país não assegura necessariamente o seu desenvolvimento sustentável, que permita que a geração atual e as gerações futuras atinjam um nível satisfatório de realização humana e cultural, utilizando de forma razoável os recursos do planeta e preservando as espécies e os habitats naturais. Atualmente, o Produto Interno Bruto (PIB) constitui uma das principais referências do sucesso das sociedades e das políticas governamentais. O valor e o crescimento do PIB, por si só e agregadamente, não medem alguns aspetos determinantes do desenvolvimento sustentável da sociedade e da qualidade de vida, não internalizam a depreciação ou a redução dos recursos que temos disponíveis, nem informam sobre a distribuição da riqueza gerada.

PARA SE MEDIR O QUE É IMPORTANTE O LIVRE DEFENDE:

26. PRODUÇÃO DE VERSÕES REGIONAIS DOS INDICADORES DE BEM-ESTAR E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os 10 principais indicadores estatísticos²³ disponibilizados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) incluem o número de carros novos vendidos, os

²² Orientações de médio prazo 2013-2016, e.g. (p.15) “A economia açoriana - um ciclo crítico, necessidade de uma orientação para o crescimento”; ou (p. 60) “O conjunto de premissas e condições para o crescimento e a competitividade das economias regionais são diversificados e devem orientar as decisões de política pública.” <https://v.gd/MPz0v9>

²³ Serviço Regional de Estatística dos Açores, Indicadores: “Abate de carne (bovinos, suínos e aves), Desembarque passageiros nos aeroportos (TAP/SATA/Outros), Edifícios de construção licenciados, Energia elétrica produzida, Leite de vaca entregue nas fábricas, Leite para consumo, Pesca

licenciamentos de novas construções e as vendas de cimento. Um desenvolvimento medido pela venda de cimento está muito longe das preocupações com a sustentabilidade que marcam as sociedades informadas atuais.

Para permitir uma intervenção pública informada e uma avaliação consequente das políticas, será necessário contabilizar e divulgar indicadores²⁴ que transmitam de facto o progresso dos Açores na componente humana e social, mas que permitam também verificar o respeito pelos limites ambientais, traduzidos em níveis de recursos naturais e de serviços dos ecossistemas adequados ao bem-estar dos açorianos e açorianas.

27. UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A REGIÃO^{25 26}

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável teve 2015 como horizonte temporal e não foi atualizada. O país segue portanto à deriva da soma dos constrangimentos e incentivos proporcionados pelos Quadros Comunitários de Apoio, mesmo que pretensamente estruturados por uma Estratégia de Especialização Inteligente.

Os Açores precisam de estabelecer de forma participada o modelo e os objetivos do seu desenvolvimento, de modo a assegurar o enquadramento das políticas públicas em princípios de justiça social e de proteção ambiental. Para isso é necessária uma Estratégia Regional de Desenvolvimento Sustentável, com o correspondente Plano de Implementação.

DESENVOLVER A INICIATIVA REGIONAL

Os índices de qualificação da sociedade açoriana são muito baixos, o que se reflete negativamente na capacidade regional para inovar, quer no plano social quer económico. Os Açores necessitam portanto de políticas que atraiam e retenham o capital humano altamente qualificado necessário para dar dinamismo à sociedade, impulsionando-a no rumo de um desenvolvimento sustentável.

descarregada, Turismo (dormidas estabelecimentos hoteleiros), Venda de automóveis novos, Venda de cimento. <https://v.gd/N5wdlQ>

²⁴ European Commission, Environment <https://v.gd/8aDtx0>

²⁵ Estatuto Autónimo, Artigo 17º: "1- A orientação e definição da política de desenvolvimento económico e social da Região tem em conta as características intrínsecas do arquipélago. 2 - O plano de desenvolvimento económico e social e o orçamento regionais enquadram e promovem o desenvolvimento da Região." <https://v.gd/DRNWXm>

²⁶ UN Sustainable Development Knowledge Platform <https://v.gd/PbarVy>

Para poderem libertar-se dos constrangimentos estruturais de que padecem, os Açores necessitam ainda de investimento. Este terá no entanto que ser feito em áreas chave, de modo a corrigir as assimetrias atuais e criar condições para aumentar a resiliência regional perante os choques externos a que estão sujeitos.

PARA DESENVOLVER A INICIATIVA REGIONAL O LIVRE DEFENDE:

28. APROVAÇÃO DE LEGISLAÇÃO REGIONAL SOBRE A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (I&D)²⁷

As políticas científicas em Portugal têm variado em função de fatores externos, entre os quais as negociações relativas aos Quadros Comunitários de Apoio. As prioridades nesta matéria são portanto estabelecidas casuisticamente a cada 7 anos, no contexto da negociação com a Comissão Europeia. E no entanto o nosso país dispõe, à semelhança da maioria dos restantes países europeus, uma Lei da Ciência. Datada de 1988 e entretanto esquecida, a Lei n.º 91/88 estabelece a elaboração de uma perspetiva estratégica com um horizonte de uma década e linhas programáticas trianuais.

A Assembleia Regional deve aprovar um instrumento legal semelhante, que estructure o pensamento regional sobre a I&D e oriente os investimentos nesta matéria de forma consequente e autónoma.

29. AUMENTO DO NÚMERO DE INVESTIGADORES NA REGIÃO

Devem ser criadas condições que levem à promoção do trabalho qualificado e com direitos, ao favorecimento de empresas que promovam a integração de doutorados e ao apoio direto à formação de novas empresas, em particular as ligadas aos centros de conhecimento regionais.

30. INCENTIVO À CIÊNCIA PARTICIPATIVA

A resolução dos problemas regionais requer conhecimento especializado e competências. O papel dos investigadores e das instituições de conhecimento é importante, mas o respetivo impacto na realidade regional é reduzido se não for enquadrado numa sociedade civil com a devida capacitação científica e técnica. Os processos de ciência participativa, com o seu ênfase na co-decisão sobre as várias etapas dos projetos de investigação, começando pela definição dos

²⁷ FCT, Diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e de Inovação, p. 266: “Em termos institucionais, foi marcante a publicação da Lei da Investigação Científica e Tecnológica, da iniciativa da Assembleia da República ([Lei n. 91/88 de 13 de Agosto](#)), com o modelo completo de governação das políticas (Figura VII.5). Este esforço de institucionalização através da lei foi efémero: os mecanismos de programação associados aos Quadros Comunitários de Apoio sobrepueram-se aos mecanismos previstos na lei e levaram ao seu completo abandono.” <https://v.gd/ytvMmD>

objetivos e passando pela colaboração na recolha e tratamento dos dados, levam a resultados mais sólidos cientificamente mas também mais aplicáveis a problemas concretos. Deve também promover-se o associativismo e multidisciplinaridade em áreas de especialização e qualificação da economia regional.

31. APOIO À CRIAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

Os novos negócios, alinhados com a estratégia da Região para a sustentabilidade, devem ser apoiados. A simplificação do processo burocrático e alívio do peso inicial da carga fiscal na sua montagem podem significar uma importante diminuição de barreiras. O apoio técnico e de desenvolvimento pode ser dado através da articulação com centros de investigação ou com cooperativas produtoras ou associações de comerciantes. Para muitas destas iniciativas, sobretudo as de menor dimensão e menos ênfase no lucro, será essencial o financiamento proveniente de um banco ético.

32. UM NEW DEAL VERDE²⁸

Os Açores devem defender à escala europeia a necessidade de um grande programa de investimento em energias renováveis, no aumento da eficiência no consumo de energia e materiais, na promoção de um sector primário (agricultura, florestas e pescas) sustentável, em I&D de novas tecnologias ambientais e em educação e formação. Estes investimentos, necessários para quebrar o ciclo de austeridade e iniciar um processo de desenvolvimento sustentado, teriam a vantagem imediata da criação de empregos, contribuindo para repor a justiça social.

FAVORECER O MERCADO INTERNO

A economia dos Açores tem sido caracterizada por ciclos fortemente influenciados pela conjuntura externa. A laranja no século XIX, o leite no século XX e o turismo que se perspetiva atualmente, têm trazido alguma prosperidade (muitas vezes menos partilhada do que seria desejável) mas fragilizam a economia regional face à conjuntura internacional.

Por um lado, a diversificação da economia local é dificultada pela abertura do mercado, onde chegam produtos produzidos no exterior a preços com os quais não é

²⁸ Green New Deal, <https://v.gd/hAuXhE>

possível competir, por impossibilidade de reproduzir nos Açores as economias de escala ou a desregulação laboral e ambiental dos países de origem desses produtos.

Por outro lado, mesmo em setores como o da pesca, em que as exportações têm aumentado, verifica-se que os maiores rendimentos não revertem para os produtores mas sim para os intermediários na venda e distribuição.

Resolver estes problemas passa pelo fortalecimento do mercado interno de modo a conferir maior resiliência à economia regional.

PARA FAVORECER O MERCADO INTERNO O LIVRE DEFENDE:

33. UMA TAXA DE CARBONO SOBRE OS PRODUTOS IMPORTADOS²⁹

O atual enquadramento aduaneiro não internaliza o impacto ambiental do comércio internacional, contribuindo assim para um excesso de emissões (de Dióxido de Carbono, Metano, e outros gases causadores de efeito de estufa) insustentável. A instauração de uma taxa sobre o carbono pode ser feita em harmonia com as regras da Organização Mundial do Comércio, e pode promover uma maior resiliência da economia local ao mesmo tempo que contribui para minorar o impacto ambiental do comércio, criando simultaneamente recursos para a prossecução de políticas públicas.

34. FOMENTO DAS REDES DE PRODUÇÃO E CONSUMO LOCAL

A proliferação das grandes superfícies comprometeu o comércio local e desarticulou redes locais de aprovisionamento. Para reanimar as economias locais, e também o associativismo e a cooperação entre produtores, é preciso restringir o licenciamento de grandes superfícies, defender os mercados municipais como ponto de comercialização de produtos locais e adotar políticas de compras públicas locais, orientadas prioritariamente para ofertas ecológicas e com garantia de qualidade alimentar.

Deve ser estimulada a criação de cooperativas e de empresas autogeridas pelas pessoas trabalhadoras, permitindo que os produtores recebam a maior fatia do valor acrescentado.

35. APOIO À INSTALAÇÃO DE UMA BANCA ÉTICA NOS AÇORES

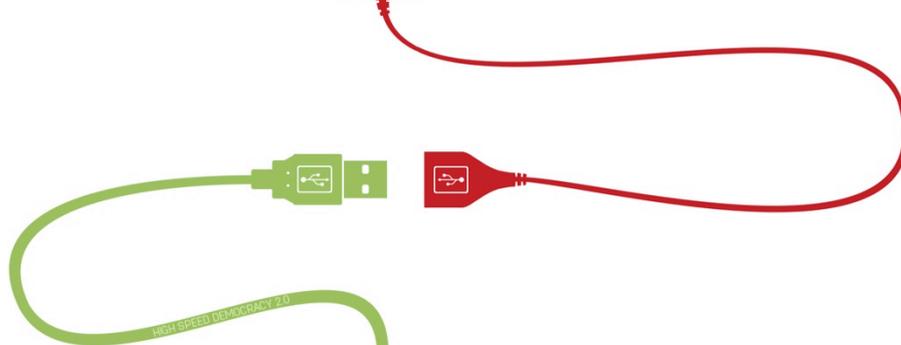
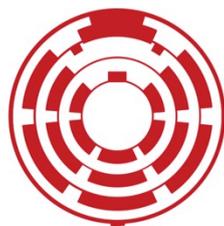
A banca ética é fundamental para fortalecer o sector cooperativo da economia e para financiar projetos da economia real com impactos sociais e ambientais positivos mas que a banca tradicional não financia por terem baixa rentabilidade.

²⁹ Carbon Tax Center, <https://v.gd/ZNeG3a>

Para a instalação de uma banca ética nos Açores é necessário alterar o quadro legislativo em vigor, diferenciando a banca ético-solidária da categoria das “sociedades financeiras de microcrédito” e reduzindo os requisitos de capital necessários.

36. IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO PILOTO DE MOEDA LOCAL, À ESCALA DE UM MUNICÍPIO OU DE UMA ILHA

Existem em vários países do mundo múltiplos exemplos bem sucedidos de circulação de moedas complementares. Em todos os casos trata-se de iniciativas de carácter local e comunitário, circunscritas a uma zona geográfica (uma cidade ou uma região). A moeda é aceite para trocas entre as empresas e os cidadãos, que assim têm acesso a um conjunto de bens e serviços dos quais de outra forma estariam privados. Não tendo qualquer valor nos circuitos financeiros, as moedas locais não rendem juros e por isso não encorajam a acumulação. Constituem um meio de aumentar a produção local, assegurando o rendimento dos produtores ao mesmo tempo que os protege da concorrência desigual dos produtos exteriores.



4.

DEMOCRACIA E CIDADANIA



4.

DEMOCRACIA E CIDADANIA

Muitos açorianos sentem-se excluídos da vida política. Essa exclusão é causa e consequência de uma ausência de participação política e de uma falta de confiança nos seus representantes. Isso mina a saúde do sistema democrático e só se inverterá com uma inclusão ativa das cidadãs e dos cidadãos no processo político. O LIVRE promove um maior envolvimento da população na resolução dos problemas que enfrenta, tendo como pilar fundador o compromisso pelo aprofundamento da Democracia às várias escalas: municipal, regional, nacional e transnacional.

As instituições europeias, longe de estarem à altura do potencial de promoção da solidariedade, paz e desenvolvimento que a União Europeia (UE) poderia representar, reagiram à recente crise económica de forma inepta e incapaz. Por outro lado, muita da legislação europeia, incluindo aquela que afeta a vida e a atividade económica dos açorianos, padece de um défice democrático que urge suprir.

O LIVRE defendeu uma resposta diferente à escala europeia, consubstanciada no Plano Ulisses – promovendo o investimento em energias renováveis e em outras formas de criação de valor sustentáveis do ponto de vista social e ambiental – e continua a bater-se para que o princípio da solidariedade entre estados-membros não seja letra morta nos tratados.

Para isso, a democratização da UE é urgente. A União Europeia precisa de um momento de rutura e de viragem democrática e pacífica que ponha o Projeto Europeu ao serviço dos cidadãos europeus, como o 25 de abril pôs o Estado Português ao serviço dos cidadãos portugueses. A luta pela Democracia à escala Europeia terá de ser travada nos Açores, na Madeira, no Continente, e em todo o território Europeu.

Em Portugal, nos últimos anos a crise foi usada para diminuir as capacidades do Estado e sujeitar a vontade coletiva da população portuguesa a um permanente ultimato à democracia. A política degradou-se. As promessas eleitorais não cumpridas envergonham. A suspeição e a efetiva corrupção no exercício de cargos políticos e funções públicas degradam o serviço público. A política e a democracia esvaziam-se

se são implacavelmente submetidas aos mercados financeiros. É altura de virar o jogo e reafirmar os valores da Constituição. Para derrotar esta crise a nossa resposta é mais democracia: defendemos maior abertura do sistema político à participação cidadã. Defendemos uma cultura e uma ética política de serviço público pautadas pela transparência e abertura à iniciativa da sociedade civil. É também essencial capacitar a sociedade para responder a estes desafios.

É necessária uma aposta na educação para a cidadania como forma de consciencializar para a relevância da nossa participação na vida da nossa comunidade e na consciência para o voto. A capacidade de decisão informada é fundamental face aos desafios globais que enfrentamos. O perigo da crescente abstenção e do afastamento dos cidadãos da vida política, em particular, e das decisões, em geral poderá ter consequências devastadoras até na manutenção da própria democracia.

APROFUNDAR A DEMOCRACIA

Os Açores são a região da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) onde se verifica menor participação cívica³⁰, com todos os prejuízos que isso traz aos seus habitantes. É fundamental inverter esta situação.

É urgente trazer mais credibilidade à política, trazendo mais Democracia a todas as açorianas e açorianos. À captura do estado por parte de interesses privados, o LIVRE responde com a criação de canais para a participação cidadã. O LIVRE é responsável pelas primeiras eleições primárias para as eleições regionais dos Açores, em consonância com o seu espírito inovador e o seu compromisso para com o aprofundamento da Democracia em todas as escalas.

PARA APROFUNDAR A DEMOCRACIA O LIVRE DEFENDE:

37. ALARGAMENTO DO UNIVERSO ELEITORAL

Devem ser eliminadas as restrições à participação política das pessoas emigradas, incluindo as que têm dupla nacionalidade, garantindo mecanismos automáticos de recenseamento.

Deve ser possibilitado o voto eletrónico, permitindo poupanças acrescidas e maior segurança no que concerne ao voto por correspondência.

³⁰ OECD, Regional Well-Being, Azores <https://v.gd/nUhoU4>

Para garantir às eleitoras e aos eleitores, neste contexto de emigração massiva e de circulação permanente dentro do território nacional, as condições para o exercício pleno do “voto em mobilidade”, devem ser criados cadernos eleitorais eletrónicos atualizados e públicos. Tal atualização é necessária também para fazer face à “abstenção fantasma”, que distorce os resultados eleitorais ano após ano.

É necessário finalmente abrir o debate sobre o voto dos imigrantes³¹.

38. AUMENTO DO PLURALISMO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

A legislação eleitoral açoriana é pioneira a nível nacional na inclusão de um círculo de compensação, o qual possibilitou o acesso de novos partidos ao Parlamento regional. Esta tendência deve ser consolidada substituindo, na conversão dos votos em mandatos, o método de Hondt pelo de Webster/Sainte-Laguë, usado em vários países europeus e que favorece os partidos com menor votação³².

39. CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA

A participação democrática não se pode esgotar nas eleições. Urge aprofundar os sistemas de participação das cidadãs e dos cidadãos na vida política. Iniciativas como os referendos locais e outro tipo de consultas públicas devem não só ser facilitadas, como até promovidas ativamente pelo poder regional. O governo regional deverá consagrar uma fracção do seu orçamento para funcionar como «orçamento participativo» à semelhança do que já é feito em algumas autarquias. Devem ser desenvolvidas ferramentas online para facilitar processos de consulta e participação democrática. Deve ser debatida a criação de uma segunda câmara parlamentar, ou de assembleias de ilha, constituídas por cidadãos escolhidos aleatoriamente para analisar questões fundamentais e de interesse geral, ouvindo especialistas na matéria, e deliberar por consenso as propostas de decisão a submeter ao Parlamento.

40. GARANTIA DE UMA MAIOR TRANSPARÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS

Os relatórios anuais de atividades, plano e orçamento dos organismos públicos dependentes do Governo Regional, bem como todas as informações referentes à sua situação financeira, devem ser obrigatória e atempadamente publicados e acompanhados de uma síntese em linguagem clara e acessível. Os perfis e

³¹ Organização Internacional para as Migrações, Participação Eleitoral dos Emigrantes e Imigrantes de Portugal, p. 234 <https://v.gd/YiGgla>

³² Gallagher, Michael (1991). Proportionality, disproportionality and electoral systems. *Electoral Studies*. 10 (1): 33-51.

currículos dos membros do Governo Regional e demais detentores de cargos públicos devem ser publicados na íntegra. Estes documentos não devem incluir apenas as funções públicas exercidas mas qualquer cargo ou atividade exercida no setor privado. As agendas das pessoas com responsabilidade pública no Governo Regional devem ser publicadas online, para que haja registos das pessoas ou entidades com quem reúnem, e as leis e decisões públicas devem ser acompanhadas de um mecanismo de pegada legislativa que identifique claramente quem participou no processo, quem foi ouvido e que contributos deu para a formulação da lei ou decisão. Devem ser alargadas as obrigações legais de consulta pública e auscultação de pessoas peritas, organizações da sociedade civil e grupos de interesses legítimos nos processos decisórios e legislativos.

COLOCAR A FORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO AO SERVIÇO DA CIDADANIA E DA EMANCIPAÇÃO

A Região Autónoma dos Açores detém os piores indicadores de abandono e insucesso escolar a nível nacional e da União Europeia; em 2014, por exemplo, um em cada três dos jovens abandonou precocemente o seu percurso educativo ou formativo. No mundo atual, o abandono escolar precoce limita fortemente a liberdade dos indivíduos e constitui, ao atingir proporções tão elevadas, um enorme entrave ao desenvolvimento económico, social e cultural.

O abandono escolar é precedido, quase sempre, pelo peso do “chumbo”. No ensino básico e secundário, os Açores registaram as taxas de retenção mais elevadas do país³³. Esta situação não é inevitável. O Estado tem que se comprometer a que todas as crianças, jovens e adultos, qualquer que seja a sua condição, possam concluir a escolaridade obrigatória com aproveitamento e crescimento plenos. Trata-se de um desígnio da própria democracia, do desenvolvimento socioeconómico e do combate às desigualdades, no qual se devem envolver as diversas instâncias da administração pública, da sociedade civil e do sector privado.

A escola pode e deve ter um papel na formação de cidadãos conscientes, críticos e democraticamente participativos; não, obviamente, pela imposição de valores ideológicos ou político-partidários, mas pelo sucesso em dar a cada um as ferramentas para formular uma opinião e uma ação política individual – em relação ao

³³ DRE, ProSucesso, <https://v.gd/p2Gh23>

seu país, ao respetivo sistema de educação, e, a nível local, à própria instituição que frequente.

A formação profissional deve perder o estigma de ser uma segunda opção para os estudantes que não conseguem aproveitamento no ensino regular. Para além disso, deve estar acessível a todos os que pretendam melhorar as suas qualificações ou reorientar o seu percurso profissional.

Deve, portanto, existir uma oferta pública adequada na educação e formação, alargada a todos os públicos numa perspetiva de educação ao longo da vida.

PARA UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E EMANCIPAÇÃO O LIVRE DEFENDE:

41. UMA ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA E AUTÓNOMA

Incentivar as escolas dos Açores a criarem um projeto educativo próprio, desenvolvido em diálogo com a comunidade. Deve ser a escola a estabelecer os moldes da sua atuação pedagógica, focada no estudante embora balizada pelos currículos oficiais. Dotada de um orçamento realista, a escola deve poder tomar as decisões administrativas que fizerem mais sentido em função das suas estratégias de gestão educativa. Deve, em particular, ter autonomia para recrutar docentes e não docentes, os primeiros eventualmente a partir de uma bolsa de professores certificados estabelecida por concurso.³⁴

42. REORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Promover a articulação entre centros de formação, elaborando objetivos conjuntos relativamente às escolas profissionais de forma a promover a colaboração entre as mesmas, permitindo o encaminhamento dos formandos de acordo com as suas características, motivações e necessidades do mercado de trabalho.

43. UM CURRÍCULO PARA A CIDADANIA E CRIATIVIDADE

As orientações curriculares do ensino básico devem ser revistas segundo uma visão integradora e atualizada das ciências sociais, de forma a promover uma participação cívica informada, com realização de projetos, debates, visitas, etc., através dos quais se desenvolva uma maior consciência sobre os processos sociais, ambientais, económicos, políticos e jurídicos que afetam as nossas vidas e sociedades. No ensino secundário deve ser reforçado o estudo de conceitos básicos de filosofia política, incluindo os vários modelos sociais,

³⁴ e-publica, Sobre autonomia das escolas públicas <https://v.gd/89XNW8>

económicos e políticos, as respetivas ideologias, os direitos constitucionais e o estado de direito. Como pontos fundamentais: a liberdade de expressão, o respeito às diferenças, a compreensão, a solidariedade, a disciplina como organização e não como controle de comportamento, e a sanção por reciprocidade no processo de construção da autonomia.

Em paralelo, o currículo escolar da escola autónoma deve considerar a integração do ensino artístico como forma de estimular o desenvolvimento cognitivo e encorajar o pensamento inovador e criativo.

44. UMA APOSTA NOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Os professores são a base da escola pública. É necessário desburocratizar, humanizar e autonomizar, garantindo o acompanhamento integral das crianças e jovens. No imediato, deve ser criado um programa de apoio à formação, qualificação e cooperação entre profissionais, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento educativo.

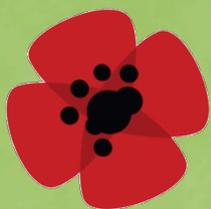
45. PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Trabalhar com o governo da República e com as escolas no sentido de aumentar a longevidade dos manuais escolares, implementando simultaneamente um esquema de empréstimo aplicável a todos os estudantes de todos os anos. Garantir a alimentação e cuidados de saúde básicos a todos os alunos do ensino básico e secundário, através de um maior envolvimento das escolas nos programas de saúde pública e de combate à pobreza infantil.

46. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Reorientação dos percursos escolares, apostando num serviço de orientação, apoio e encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida, tanto para jovens, como para adultos com vontade de especialização ou de reorientação do percurso profissional.

Reabrir o ensino noturno para quem pretende apostar na melhoria das suas qualificações.



O LIVRE

Apoiar o LIVRE significa dar mais força a um movimento pela Liberdade, a Esquerda, a Europa e a Ecologia. Liberdade - emancipação, autonomia e possibilidade de realização pessoal. Esquerda - aliança de cidadãos e organizações de cidadãos para a conquista de direitos e pelo fim das exclusões, por via da promoção de igualdade de oportunidades e luta contra as injustiças, e realização de progresso social. Europa - modelo de democracia transnacional e espaço para um modelo social inclusivo, que coopera com as outras regiões do mundo de forma justa e equitativa. Ecologia - ato de responsabilidade que põe o planeta e o bem comum à frente do lucro e da depredação ambiental, que toma em consideração o bem-estar de terceiros nas suas decisões políticas e que tem como ponto de partida a sustentabilidade, preservação e valorização dos recursos básicos de vida, como a água, a terra e o ar. Apoiar o LIVRE significa contribuir para que estes temas e princípios tenham a centralidade que merecem no debate público.

Votar no LIVRE significa um compromisso pelo aprofundamento da democracia e pela construção de uma Europa mais democrática. Significa um voto a favor de um robusto Estado Social de Direito, de carácter universal, não só como elemento central de luta contra as injustiças e desigualdades, mas também como marco civilizacional. Votar no LIVRE é optar pelo desenvolvimento do direito internacional, por uma globalização democrática baseada nos direitos humanos, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais, com o mais alto nível de exigência de desenvolvimento ambiental, laboral e cívico.

Participar no LIVRE significa construir um partido politicamente inovador, aberto e inclusivo. É um compromisso pela melhoria da qualidade do debate público, pelo aumento de opções democráticas, pela inclusão de minorias e setores da população historicamente discriminados. Participar no LIVRE é dar a si mesmo a possibilidade de combinar formas novas e clássicas de democracia e, em particular, experimentar e promover a democracia deliberativa enquanto processo de encontro de soluções para problemas concretos. Participar no LIVRE é ajudar a encontrar respostas sociais, ecológicas e libertárias para os desafios que Portugal, a Europa e o mundo enfrentam. Participar no LIVRE é superar as obsoletas divisões da Esquerda em reformistas e revolucionários através de uma proposta de reformulação das regras do jogo que devolva aos cidadãos o poder político e aos indivíduos o potencial de decidir sobre o seu destino.

E SE NESTAS ELEIÇÕES VOTAR LIVRE?